



Intervenção sobre a Declaração Política do GM-PCP - ‘Renacionalização dos CTT’, na Assembleia Municipal de Lisboa de 19 de Fevereiro de 2019

“Os Verdes” gostariam de começar por agradecer a intervenção do sr. deputado Fernando Correia, pois também consideramos que os CTT são um serviço fundamental para o desenvolvimento do País e para a coesão territorial, contribuindo para atenuar desequilíbrios geográficos, sociais e económicos.

Desde Setembro de 2014 que os CTT passaram a ser uma empresa 100% privada. Porém, esta decisão do anterior Governo e a progressiva degradação da empresa estão a ter consequências muito negativas, tanto para o Estado, como para as populações, como para os próprios trabalhadores.

Quais os impactos económico e social desta conjuntura?

Por um lado, a decisão de privatizar os CTT acabou por sujeitar os cidadãos à constante deterioração de um dos mais importantes bens de interesse público, onde, ao fim destes anos, o Estado já perdeu centenas de milhões de euros e o País deixou de prestar um serviço de correios público, fiável e seguro.

Foi alienado património, foram despedidos trabalhadores, os vínculos precários aumentaram, com o recurso sistemático a prestadores de serviços externos, foram retirados da via pública centenas de receptáculos postais, o tempo de entrega da correspondência aumentou, inclusive do correio azul, há filas de espera, sendo necessário mais tempo para se ser atendido, há falta de dinheiro disponível nas estações para pagamento de pensões, entre tantos outros exemplos.

Em contrapartida, os accionistas têm vindo a apoderar-se dos lucros gerados pela empresa e até a distribuírem dividendos superiores a esses lucros, descapitalizando os CTT. A empresa valoriza antes o Banco CTT, lançado em 2016, e à degradação do serviço é ainda necessário somar o aumento das tarifas.

O braço de ferro entre os CTT e o regulador do sector das comunicações parece aumentar, agora que a Anacom concluiu que os CTT imputaram custos do banco para o serviço postal, tendo obrigado a empresa a repartir os gastos entre ambos os serviços.

Urge repensar, não o contrato de concessão, que vigora até 31/12/2020, mas a própria propriedade dos CTT. Por isso, Os Verdes apresentaram há um ano, nesta AML, uma moção e um voto de condenação pelo encerramento das estações dos CTT em Lisboa, ambos aprovados neste plenário. E entregaram também na Assembleia da República, em Outubro passado, o Projecto de Resolução nº 1869-xiii, tendente à reversão da privatização dos CTT.

Daí questionarmos o sr. deputado sobre como interpreta o não compromisso do Governo em relação à decisão de reversão dos CTT para a esfera pública.

J. L. Sobreira Antunes

Grupo Municipal de “Os Verdes”